

O CAMPO CIENTÍFICO DA ADMINISTRAÇÃO: PERCURSOS E PERCALÇOS

Elinaldo Leal Santos¹
Reginaldo Souza Santos²
Vitor Lélío Braga³

RESUMO

Embora tenha se passado mais de um século da publicação de *Principles of Scientific Management* (1911), obra que introduziu a administração no universo do saber científico, ainda assim, estamos diante de um campo de conhecimento bastante contestado, uma vez que permanece habitual o questionamento: administração é ciência ou arte? (MATTOS, 2009). Uma resposta a esse questionamento necessita de uma imersão na história e na epistemologia da ciência de modo geral, e da administração de modo particular, visto que é preciso refletir sobre o significado de ciência na contemporaneidade. O objetivo deste trabalho é analisar a trajetória da administração, na condição de campo científico, refletindo sobre seus percursos e percalços, principalmente sobre a problemática epistemológica de estarmos diante de um saber que sequer tem claramente definido o seu objeto de estudo. Para tanto, recontamos as origens do campo, mostramos sua resistência à adoção de abordagens críticas e evidenciamos algumas limitações epistemológicas, que, de alguma forma, prejudicam o desenvolvimento e a consolidação da administração como campo científico. Por fim, são feitas algumas considerações no sentido de instigar os pesquisadores desta área a fazerem reflexões mais profundas sobre os elementos determinantes dessa ciência, ou seja, objeto, teoria, método e pressupostos.

Palavras-chave: Ciência da Administração. Campo Científica. Bases Epistemológicas.

1. Introdução

A Administração⁴, como prática social, surgiu há milhares de anos nas antigas

¹ UFBA

² UFBA

³ IPP-PT/UTAD

⁴ Neste trabalho, a palavra “administração” é utilizada com o sentido de campo científico do conhecimento, na perspectiva de Pierre Bourdieu (2002). Este autor considera que o espaço de produção da ciência, o campo científico, é um *campo social* como outro qualquer, cheio de relações de força, disputas e estratégias para beneficiar interesses específicos dos participantes deste campo. Por assim dizer, a administração é colocada como um campo de conhecimento com comunidade científica e *habitus* próprios, com certo grau de autonomia e com programa de investigação para cumprir. Esclarecemos também que o sentido concedido, neste trabalho, ao termo “administração” pode ser encontrado na literatura norte-americana para a expressão *management* e não *administration*, bem como o termo “gestão” na literatura europeia. Os dicionários de língua portuguesa trazem as duas palavras – administração e gestão – como sinônimas entre si. Mostram que, mesmo possuindo estruturas diferentes, são traduzidas de forma semelhante, com significado de ação (ato de gerir, gerência). Já *management*, segundo, Braverman (1974, p.68) vem do verbo *tomanage* (administrar, gerenciar), do latim *manus*, que significa



IV Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2014)

civilizações, mas o seu estudo, como ciência, é relativamente recente, em torno de um século de existência. O marco histórico do nascimento da ciência da administração se deu com a publicação dos *Princípios da Administração Científica* (1911), de Frederick Winslow Taylor (CUNHA, 1999; FRANÇA-FILHO, 2004; VIZEU, 2010). A ideia de introduzir nas organizações produtivas conhecimentos de planejamento, especialização, controle e execução possibilitou o surgimento de um pensamento administrativo moderno, cujas origens estão no desenvolvimento do sistema capitalista de produção, no processo de industrialização e no movimento doutrinário do *management* (VIZEU, 2010).

Embora seja possível identificar um processo de surgimento, crescimento e desenvolvimento da administração, ainda assim, estamos diante de um campo científico bastante contestado, uma vez que é comum o questionamento: administração é ciência ou arte? (MATTOS, 2009). Para se desvendar essa pergunta é necessária uma reflexão anterior sobre o que é ciência na contemporaneidade, dado que o conceito de ciência na pós-modernidade vai além do conceito de ciência formulada na modernidade. A ciência moderna tende a ser excludente, porque não contempla os demais saberes na sua epistemologia, portanto, tende a descartar conhecimentos como: o filosófico, o religioso e o vulgar ou senso comum. Por sua vez, na perspectiva da ciência pós-moderna, o conhecimento científico é produzido com base em uma abordagem multidisciplinar que vai da filosofia à estética, envolvendo as artes e a sociologia, pois tende a ser um conhecimento não dualista, que se consolida pela superação do que seja físico/biológico, natural/cultural, humano/não humano, mente/matéria, sujeito/objeto, teórico/prático, indivíduo/estrutura, conforme sinalizam os estudos de Morin (1982), Capra (1987), Santos (2004) e Sousa Santos (2010). Neste sentido, todo o conhecimento científico, em se tratando das ciências sociais, é, ao mesmo tempo, natural e social, local e global, filosófico e popular, já que busca conhecer a natureza humana. Por isso, quando se fala de ciência pós-moderna não existe dicotomia entre ciências naturais e ciências sociais, muito menos entre ciência e arte. Esta distinção só se assenta numa visão mecanicista da ciência.

Posto isso, o objetivo deste trabalho é analisar a trajetória da administração, na condição de campo de conhecimento científico, refletindo sobre seus percursos e percalços, principalmente sobre a problemática epistemológica de estarmos diante de um campo que sequer tem claramente definido o seu objeto de estudo. Para tanto, estruturamos o trabalho em três seções, além desta introdução: a primeira faz uma análise histórica sobre o desenvolvimento teórico do campo, considerando o aparecimento, na literatura, de três subcampos: Estudos Ortodoxos da Administração (EOA), Estudos Organizacionais (EOs) e Estudos Críticos em Administração (ECA); a segunda faz uma reflexão sobre as bases científicas da administração, de modo a evidenciar algumas limitações epistemológicas que, de alguma forma, prejudicam o desenvolvimento e a consolidação do campo; por fim, são feitas algumas considerações finais sobre as problemáticas destacadas ao longo do texto, com a finalidade de contribuir para o reposicionamento do campo da administração.

mão. Antigamente significava adestrar um cavalo nas suas andaduras, para fazê-lo praticar o *manage*. Isso posto, entendemos administração como ciência e a gestão como objeto que lhe concede o *status* de ciência.

2. Origem e Evolução da Administração

A administração, na condição de campo científico, se expressa como um saber interdisciplinar que ainda necessita de reconhecimento e legitimação da comunidade científica. Sendo um campo de conhecimento até então em fase de consolidação, constata-se um esforço, por parte da sua comunidade acadêmica, para conceder-lhe *status* de ciência. Em função disso, verificam-se na literatura da área três importantes abordagens teóricas, cuja produção científica vem contribuindo para essa finalidade: a) os estudos ortodoxos da administração (EOA); b) os estudos organizacionais (EOs) e c) os estudos críticos em administração (ECA). De modo geral, podemos, então, considerar que o campo da administração, hoje, é estruturado com base na produção teórica desses três subcampos de conhecimento. Uma análise descritiva sobre as origens e evoluções desses subcampos nos proporcionará elementos para compreendermos melhor os percursos e os percalços da administração, como campo científico.

2.1 Origem e Evolução dos Estudos Ortodoxos da Administração (EOA)

Entende-se por estudos ortodoxos da administração toda produção científica aplicada às organizações produtivas mercantis, concebida nos moldes da ciência positivista, do método empirista, do liberalismo econômico, dos princípios de engenharia, tendo por fim elevar a eficiência produtiva do capital e do trabalho. Nessa esfera, há uma coletânea de teorias gerenciais conhecida na literatura especializada por Teoria Geral da Administração (TGA). Uma cronologia dessa produção científica pode ser visualizada na figura 1.

| | | |
|------------|------------------------------|---|
| Século XIX | Antecedentes | Revolução Industrial/Adm Smith |
| 1900-1930 | Escola Clássica | Administração Científica, F. Taylor |
| | | Teoria Geral da Administração, H. Fayol |
| | | Teoria Burocrática das Organizações, M. Weber |
| 1940 | Escola Comportamental | Movimento das Relações Humanas, Maslow, McGregor |
| | | Estudos de Hawthorne e Elton Mayo |
| | | Primeiras Teorias de Motivação e Liderança |
| 1940-1950 | Escola Quantitativa | Teoria da Matemática, Patrick Blackett |
| | | Pesquisa Operacional, |
| | | Teoria dos Jogos, John Von Neumann, Oskar Morgenstern |
| 1960 | Escola Pragmática | Teorias Neoclássicas, Harold Kootz, Cyril O'Donnell |
| | | Administração por Objetivo, Peter Drucker |
| 1960-1990 | Escola Moderna | Abordagem Sistêmica |
| | | Abordagem Contingencial, Joan Woodward, Alfred Chandler Jr., Igor Ansoff, M. Porter, H. Mintzberg |
| | | Administração por Processos, W. E. Deming |
| | | Excelência Administrativa, Robert Monks |

IV Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2014)

| | | |
|------------|------------------------------------|----------------|
| Século XXI | Perspectivas Contemporâneas | Teoria do Caos |
|------------|------------------------------------|----------------|

Figura 1: Esquema Cronológico dos Estudos Ortodoxos da Administração.

Fonte: elaboração própria.

É importante ressaltar que não é nosso propósito descrever e/ou analisar as especificidades dessas teorias, mas apenas citá-las, de modo a proporcionar ao leitor uma visão de evolução do campo da administração em sua totalidade. Uma vez esclarecida essa questão, buscaremos evidenciar os fundamentos gerais da ciência da administração por meio das suas abordagens teóricas e metodológicas.

O surgimento da ortodoxia da administração, citado anteriormente, teve o seu marco com a publicação dos *Princípios da Administração Científica* (1911). Com ele, propaga-se a crença de que era possível, mediante princípios gerenciais, obter ganhos de produtividades e lucratividade em qualquer organização produtiva. As ideias de organização do trabalho contidas na obra do norte-americano Frederick Taylor percorreram o mundo. Vizeu (2010, p.789) relata que: “já no período entre as guerras mundiais, praticamente em todos os tipos de organizações – econômicas e não econômicas – se observam a aplicação dos princípios sintetizados por Taylor.” O fenômeno taylorismo se expande por todos os países industrializados da Europa (KIPPING, 1997), pelo Japão (SASAKI, 1992) e até mesmo pela Rússia comunista (BERVERMAN, 1974).

Para Vizeu (2010), três importantes fatos históricos explicam a origem do pensamento ortodoxo da administração. Primeiro, o surgimento do sistema capitalista de produção, inicialmente conduzido pelo capital mercantil, mediante compra e venda de mercadorias, posteriormente pelo capital industrial e financeiro. Nessa fase, o capital industrial se funde com o capital financeiro, criando com isso, novo *loci* de reprodução capitalista constituído nas grandes empresas. É nesse contexto econômico e social que a ciência da administração dá seus primeiros passos em busca de um objeto de investigação científica.

A Revolução Industrial, liderada pela Inglaterra do século XVIII, é vista por Vizeu (2010), como o segundo fato histórico para explicar a origem do pensamento ortodoxo da administração, uma vez que, tal revolução criou um ambiente propício ao surgimento de novos negócios e novas organizações, a exemplo da fábrica. Com o surgimento da fábrica, intensificam-se os problemas gerenciais - nível de produtividade, padronização, controle de estoque, controle de qualidade - e concomitantemente, aumenta a necessidade de criar métodos de mensuração adequados para determinar o ponto ótimo de maximização da produção, da receita e a minimização dos custos. É nesse cenário de industrialização do sistema econômico capitalista que surgem os primeiros problemas gerenciais da administração moderna. De início, as questões foram analisadas dentro do campo da economia, de forma precisa, com o pensamento neoclássico. Posteriormente, as questões de ordem operacional passam a ser explicadas pelo movimento da administração científica, porém, sob os pressupostos do pensamento neoclássico – necessidades ilimitadas e escassez de recursos. Esses pressupostos, de alguma forma, orientam até hoje a tomada de decisão dos agentes administrativos (indivíduos, empresas e governos), uma vez que, praticamente, todas

IV Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2014)

decisões administrativas de alocação de recursos são tomadas com base na relação custo/benefício.

O terceiro fato histórico deu-se pelo aparecimento do movimento doutrinário do *management*, liderado por profissionais da área de engenharia. O movimento nasce nos Estados Unidos da América com denominação de *works management*, porém, se expande para outros países da Europa, Ásia e América Latina com propósito de desenvolver métodos de racionalização do trabalho e da produção. Para Vizeu (2010), o movimento é marcado por três diferentes etapas: etapa *ad hoc* da gestão, etapa de experimentação da gestão e etapa da sistematização prática da gestão.

Como se percebe, é a partir desses acontecimentos históricos que surgiu a necessidade de um saber sistematizado da organização industrial. É nesse contexto que os *Princípios de Administração Científica* (1911) tornam-se um referencial no ensino e na pesquisa da administração em todo mundo industrializado. França Filho (2004), em análise aos fundamentos epistemológicos da administração classifica-o em três grandes subcampos do conhecimento: técnicas gerenciais, áreas funcionais e teorias organizacionais. Vejamos a sua interpretação:

- As técnicas ou metodologias gerenciais dizem respeito ao conjunto das ideias voltadas ao auxílio do trabalho do gerente, num sentido muito prático e aplicado. [...] Tal sentido é concebido no âmbito da empresa, mas sempre com pretensão de validade geral, e é assim que são transpostas para o âmbito de instituições públicas, entidades governamentais e organizações sociais em geral, como modelos a serem seguidos para “a boa eficiência” administrativa. [...] elaboradas sob a forma de modelos gerenciais, essas metodologias incorporam, em geral, um conhecimento muito técnico sobre gestão, mesclando com algumas ideias sobre temáticas ligadas ao campo das relações humanas como motivação, liderança ou comunicação. Como exemplos são citados: Organização Racional do Trabalho (ORT) proposta por Taylor, Administração por Objetivo (APO) de Drucker, nos anos de 1950, e, mais recentemente, nos anos de 1980 e 1990, as ondas da qualidade total, reengenharia e dos sistemas ISO.
- As áreas funcionais compartilham com essa primeira [técnicas gerenciais] o sentimento pragmático das ideias desenvolvidas e a natureza prescritiva do conhecimento. Trata-se aqui das subáreas de especialização da prática administrativa tal como vem sendo desenvolvida no universo empresarial: o marketing, as finanças, a gestão da produção e a gestão de recursos humanos. [...] sua origem remonta à noção de divisão do trabalho proposta por Fayol, no início do século XX, como princípio universal da administração.
- Ao passo que nos dois casos anteriores a natureza do conhecimento que se elabora é eminentemente pragmática e prescritiva (já que a ênfase fundamental está na dimensão operacional e aplicada do trabalho gerencial), com o advento da teoria organizacional, a ênfase tende a alterar-se [...] para uma perspectiva mais explicativa como: o que é o universo da organização? Que dimensões o

IV Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2014)

constituem? Ou que fatores influenciam a dinâmica das organizações? [...] Os dois pilares fundamentais de uma teoria das organizações encontram-se, portanto, em duas orientações principais: os estudos ditos do “comportamento organizacional” e a chamada sociologia das organizações. [...] A primeira é herdeira da tradição da psicologia dominante nos EUA e privilegia o tratamento de temas como motivação, liderança e tomada de decisão no universo organizacional. A segunda é influenciada, sobretudo, por sociólogos americanos de inspiração funcionalista, que desenvolvem estudos sobre a burocracia e os sistemas sociais, na esteira da interpretação feita por Talcott Parsons e dos trabalhos deixados por Max Weber. [...] Por outro lado, desenvolve-se também uma série de outras abordagens, que têm sido chamadas por alguns de “estudos críticos” das organizações, cuja preocupação fundamental é revelar algumas dimensões importantes da análise organizacional não percebida pela perspectiva funcionalista. (FRANÇA FILHO, 2004, pp. 122-130).

A sistematização do campo da administração sugerida por de França Filho (2004) coincide, em partes, com a nossa percepção de ciência da administração. Nossa ressalva aplica-se na nomenclatura concedida ao subcampo técnicas gerenciais, o qual classificamos como *estudos ortodoxos da administração*, incluindo as divisões das áreas funcionais idealizadas por Fayol, legítimo representante do pensamento ortodoxo, como também os *estudos críticos da administração*, dentro do subcampo dos *estudos organizacionais*. Os estudos críticos em administração, a nosso ver, tem suas especificidades epistemológicas e metodológicas, portanto, não devem ser considerados como continuidade dos estudos organizacionais. Em função disso, entendemos que o campo da administração é constituído por três perspectivas teóricas que aqui denominamos de estudos ortodoxos, estudos organizacionais e estudos críticos em administração. Além disso, discordamos de França Filho (2004), quando ele nos permite compreender que o objeto científico da administração tende a ser as *organizações*, mas, sem destacar a possibilidade de também ser a *gestão*. Essa indefinição, ao nosso olhar, encontra-se na dificuldade do autor para delimitar epistemologicamente os dois campos: estudos administrativos e estudos organizacionais. Neste ponto, entendemos que o objeto científico da administração seja a gestão das relações sociais de produção, distribuição e consumo, tal como defende Santos (2004, p.37) e não a organização como aponta França Filho (2004). A organização é o objeto científico dos Estudos Organizacionais, na condição de disciplina autônoma, e não dos Estudos Administrativos. Porém, concordamos com França Filho quando classifica o pensamento ortodoxo da administração como pragmático, prescritivo e fortemente fundamentado no paradigma funcionalista, visão que também é compartilhada por autores como Morgan (1979; 1999; 2005), Ramos (1989), Chalat (2000), Aktouf (2001, 2004, 2005), entre outros.

Há, historicamente, um apego ao funcionalismo como fonte hegemônica da ciência administrativa em geral, tanto no campo da ortodoxia, como também em parte dos estudos organizacionais, mas, por outro lado, há também um foco de resistência a essa tendência, que se amparam nos fundamentos do interpretativismo, da teoria crítica e do pensamento pós-moderno. Nesse foco de resistência estão parte dos estudos organizacionais e dos estudos críticos em administração, com destaque os trabalhos de



IV Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2014)

Chalat, Aktouf, Ramos, Fournier e Grey (2000), Santos (2004).

Os estudos ortodoxos da administração são, para esses teóricos, uma aplicação dos pressupostos da economia neoclássica na esfera das organizações industriais. A ortodoxia tem por objetivo implantar uma ciência econômica equivalente à ciência física, mediante a introdução da lei da oferta e da demanda e do conceito de equilíbrio parcial de mercado. A orientação prática para isso é a maximização dos ganhos e minimização das perdas, fortemente presente no método de organização racional do trabalho (ORT) de Taylor e na administração geral de Fayol, na administração por objetivo (APO) de Drucker e/ou na excelência administrativa de Robert Monks. Santos declara (2004) que:

[...] a ciência administrativa nasce com o advento da Escola Neoclássica da Economia, que surge com a crise do capitalismo do último quartel do século XIX e início do século XX, através do pensamento e obra de autores como William Petty, Leon Walras, Alfred Marshall, Artur Cecil Pigou, entre outros que constituíram os fundamentos da microeconomia. Com as mudanças na organização do capitalismo ocorridas ao longo do século XIX, com o aparecimento de mercados imperfeitos, mediante estruturas oligopólicas e monopólicas, a tradição clássica, mais voltada para o estudo da economia política do desenvolvimento, praticamente dá lugar ao estudo do comportamento das unidades de produção e consumo, representadas pelos indivíduos, famílias e empresas. Este é o momento em que a lógica do valor trabalho é orientadamente substituída pela lógica do valor utilidade, fundada na racionalidade dos fatores econômicos e na soberania do consumidor. Então surge a economia pura baseada no método dedutivo e do positivismo científico, abandonando-se, assim, toda e qualquer subjetividade na análise dos aspectos econômicos, ou seja, de qualquer juízo de valor ou conotação ética (SANTOS, 2004, p. 23, 24).

A forte predominância do pensamento neoclássico da economia no nascedouro da ciência da administração explica o fato dos pioneiros pensarem a administração estritamente em torno do ato de gerir empresas industriais, por meio do planejamento racional, previsibilidade e controle, tendo como base os fundamentos da ciência positivista, bastante em vigor na época. Nessa ocasião, o objeto de investigação da ciência administrativa centrava-se nas análises dos problemas gerenciais da organização do trabalho e da produção. Entretanto, com o advento dos estudos organizacionais, em especial com os trabalhos de Amitai Etzioni, Kurt Lewin e Elton Mayo houve um deslocamento da gestão para a organização como unidade de análise (FRANÇA FILHO, 2004). Esse deslocamento demarca o subcampo dos estudos organizacionais e abre uma discussão a respeito do “verdadeiro” objeto de estudo da ciência da administração, se

IV Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2014)

seria a gestão ou a organização. Sobre isso, Santos (2004) esclarece que, do ponto de vista do enquadramento científico, a administração é um campo inteiramente indefinido, principalmente, por não ter ainda demarcado o seu objeto de investigação científica. Porém, defende a tese:

Embora as organizações/instituições constituem o gênero que contém elementos essenciais do objeto da disciplina administração, porém, elas são espaços particulares nos quais apenas habita o objeto. A essência perpassa o espectro das relações sociais internas das organizações e se estabelece nos limites das relações mais amplas, portanto, no âmbito da sociedade. [...] Isso estando entendido, pode-se dizer que as organizações podem constituir-se em objeto de pesquisa em administração, mas nunca constituem objeto que dá status de ciência de administração (SANTOS, 2004, p.37).

A tese de Santos consiste no fato de que a organização é *locus* onde habita o objeto da administração e não o objeto em si, pois no espaço organizacional manifestam-se diversos fenômenos sociais como: fenômeno de comportamento, de cultura, de poder, de comunicação, de mercado, de memória e, sobretudo, de gestão. Assim, as organizações só podem ser objeto de pesquisa, entretanto, não é particularmente da administração, mas também da psicologia, da antropologia, da sociologia, da economia ou mesmo da história. Por outro lado, existe o fenômeno da gestão, não apenas na perspectiva de conjuntos de técnicas instrumentais, tais como foram concebidas no pensamento ortodoxo da administração, mas sim numa perspectiva de relações sociais de produção, distribuição e consumo da sociedade. O fenômeno da gestão não pode ficar sem amparo de um campo científico para observar, descrever e explicar as suas contradições sociais. Neste sentido, Santos defende a gestão como objeto exclusivo da ciência da administração, porém numa perspectiva para além do gerencialismo técnico do pensamento ortodoxo. Esse entendimento é também compartilhado com Fournier e Grey (2006), Cook (2004, 2008), Murphy (2008) e Escobar (2007, 2008), na perspectiva dos estudos críticos em gestão.

2.2 Origem e Evolução dos Estudos Organizacionais (EOs)

Por estudos organizacionais entende-se todo conhecimento produzido na tentativa de descrever, interpretar e explicar o comportamento das e nas organizações, tendo como referência teórica as produções oriundas da psicologia, da sociologia, da antropologia, da economia, da ciência política, entre outras. No geral, as análises nesse campo centram-se em questões como racionalidade, integração, mercado, poder, conhecimento, justiça (Reed, 1999). Portanto, estamos diante de um subcampo multi e interdisciplinar. Fadul e Silva (2009), analisando a natureza desse subcampo, nos relatam que esse pode ser designado por diversos termos, a depender da sua condição de independência ou pertinência e da ciência ou disciplina à qual ele pertence. Em suas palavras:



IV Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2014)

Quando completamente independente, trata-se da ciência organizacional que, segundo Casanova (2006), é uma disciplina que resulta da reunião de outras disciplinas como a engenharia, fisiologia, administração, economia e sociologia, em função da organização, aí concebida como sistema complexo. A ciência da organização caracteriza-se por sua transversalidade em relação às outras disciplinas, o que faz dela na definição de Japiassú (2006), uma hiperdisciplina. Quando pertence a uma disciplina, os estudos organizacionais são a especificação de uma disciplina mais ampla, voltada para a organização definida como parte do objeto de estudo da disciplina de origem. Nesta condição de pertinência aqui se destacam: a sociologia das organizações e a psicologia das organizações. [...] Quando considerada pertencente à administração, a disciplina estudos organizacionais é designada em função de sua origem ou pertinência a outra disciplina, da concepção da ciência definida e de até objeto estudado. (FADUL & SILVA, 2009, 360).

Diante da complexidade de descrever a delimitação do subcampo dos estudos organizacionais interessa-nos aqui considerar a origem e a pertinência com os estudos administrativos. Nesse sentido, os estudos de Reed (1999), Cunha (2000), Motta (2001), Aktouf (2001, 2004, 2005), França-Filho (2004), Santos (2004) veem a teoria das organizações como uma evolução da teoria da administração que se posiciona como uma alternativa à abordagem do pensamento ortodoxo. Cunha (2000), ao analisar o desenvolvimento do campo, destaca a função dos estudos organizacionais na ciência da administração.

A ciência organizacional é entendida como um dos domínios disciplinares que ajudam a formar o território multidisciplinar que é a gestão. Ou seja, nem tudo o que é gestão é do domínio da ciência organizacional, mas toda ciência organizacional pode ser entendida como podendo ser abarcada por uma ciência de gestão que demonstre preocupações não apenas aplicadas, como também, teóricas. (CUNHA, 2000, P.47).

Em sua análise, a ciência organizacional contribui com a ciência da gestão [administração], por meio de suporte teórico e metodológico, fundamentando, assim, o lado prático da administração. A ciência organizacional é para Cunha (2000) um aglutinador de duas dimensões: comportamento organizacional e teorias das organizações. Estas duas dimensões constituem o arcabouço teórico-prático dos estudos organizacionais e assim se apresentam:

Comportamento organizacional. Domínio específico: o estudo dos indivíduos e grupos em contexto organizacional, e o estudo da forma como os processos e as práticas internos afetam os indivíduos e grupos. Entre os seus tópicos principais encontram-se as características individuais (crenças, valores e personalidade), os processos individuais (percepção, motivação, tomada de decisão, julgamento, implicação e controlo), características grupais (dimensão, composição e estruturais), processos grupais (tomada de decisão e liderança), processos e práticas organizacionais. [...] e a influência de todos estes factores nos resultados individuais, grupais e organizacionais, tais como o desempenho, *turnover*, absentismo e *stress*.

Teoria das organizações. Domínio específico: construção e testagem de

IV Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2014)

teorias sobre organizações, e seus membros e a sua gestão, relações organização-envolvente e processos organizativos. Os avanços em teoria das organizações incluem a escolha estratégica, a dependência de recursos, a ecologia organizacional e a teoria institucional. Os seus desenvolvimentos mais recentes incluem a perspectiva crítica, feminista, cognitiva e pós-moderna. Os novos desafios abarcam a melhoria da qualidade, as alianças estratégicas, a implementação de novas tecnologias, os processos de governação e controlo, as reestruturações organizacionais e a diversidade estratégica global. (CUNHA, 2000, PP. 47-48).

Diante da delimitação do campo, descrita por Cunha (2000), é possível identificar nos estudos organizacionais alguns elementos caracterizadores do pensamento positivista, principalmente, nos temas que são fundamentados pelas teorias behavioristas e estruturalistas. O fato é que mesmo se colocando como uma alternativa ao pensamento ortodoxo da administração não significa dizer que os estudos organizacionais, tenham abandonado na totalidade a abordagem funcionalista, a marca do pensamento ortodoxo. Existe uma espécie de sucessão de ciclos de dominância de pensamentos mais conservadores e com pensamentos mais progressistas. Esta dualidade parece continuar viva, com correntes claramente humanistas e outras declaradamente funcionalistas (CUNHA, 2000). A lição que podemos extrair desse comportamento dualístico é que existem duas importantes preocupações presentes nas produções científicas dos estudos organizacionais: eficiência/produktividade e trabalho humano. Em tais pesquisas, verifica-se um esforço da academia em introduzir análises interpretativas, críticas e pós-modernas nas investigações administrativas e organizacionais.

Outra questão para ser pontuada sobre os estudos organizacionais diz respeito à sua origem e ao seu pertencimento. Reed (1999) argumenta que os estudos organizacionais têm origem nos escritos de pensadores do século XIX, como Saint-Simon, quando buscava interpretar as transformações ideológicas e estruturais da sociedade capitalista industrial, bem como das contribuições de Frederick Taylor, Henry Fayol, Chester Barnard, Elton Mayo, Max Weber. Já Cunha (2000) apresenta três possíveis perspectivas para a origem do campo, são elas:

- Uma primeira perspectiva, principalmente sustentada por aqueles que transitaram da psicologia para a ciência organizacional, defende que o início desta pode ser remetido para os trabalhos conduzidos em meados dos anos 40 por Kurt Lewin e colegas sobre a liderança e a dinâmica de grupos.
- Os investigadores provenientes da sociologia atribuem normalmente a fundação da ciência organizacional aos trabalhos desenvolvidos por volta de 1950 pelos “sociólogos da burocracia” como Robert Merton, Philip Selznick, Alvin Gouldner e Peter Blau.
- Uma terceira perspectiva, defendida por aquele autor (LAWRENCE, 1983, pp.2-3), considera que o nascimento da ciência organizacional deve ser associado a trabalhos anteriores, tomado como fundadores as obras de Elton Mayo (*Human Problems, of an Industrial Civilization*, de 1933),

IV Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2014)

Chester Barnard (*Functions of the Executive*, de 1938), e Fritz Roethlisberger e William Dickson (*Management and the Worker*, de 1939). (CUNHA, 2000, p.49).

Certamente, o que se verifica é a natureza multidisciplinar do campo, independente de suas origens (psicologia, sociologia ou administração), estamos diante de um campo que tem uma agenda de investigação para além do conceito de disciplina, como um domínio delimitado e ordenado de conhecimentos possíveis de produção, difusão e aprendizagem de um determinado campo de saber.

Numa tentativa de delimitar o campo das teorias organizacionais Burrell e Morgan (1979), identificaram quatro paradigmas sociológicos (funcionalismo, interpretativismo, humanista radical e estruturalista radical) nos quais deveriam enquadrar todos os conhecimentos produzidos das ciências sociais em geral e da ciência organizacional em particular. O modelo proposto pelos autores, classificam as teorias com base em quatro possíveis categorias de visões de mundo, representadas em diferentes proposições metateóricas em relação à natureza da ciência (subjetiva e objetiva) e à mudança da sociedade (mudança por regulação ou mudança por via radical), conforme representação da figura 2 abaixo:

| | | |
|--------------------------------------|---|--|
| Sociologia da Mudança Radical | | |
| | <u>Paradigma Humanista Radical</u> Teoria antiorganização | <u>Paradigma Estruturalista Radical</u> Teoria Organizacional Radical |
| Subjetivo | <u>Paradigma Interpretativista</u> Hermenêutica Etonometodologia Interacionismo simbólico fenomenológico | <u>Paradigma Funcionalista</u> Behaviorismo Determinismo Empirismo Pluralismo Teorias de Sistemas Sociais Estrutura de Ação |
| | Sociologia da Regulação | |
| | | Objetivo |

Figura 2: Análise Paradigmática dos Estudos Organizacionais.

Fonte: Adaptação do Modelo Original de Gareth Morgan, (2005, p. 61)

Para classificar as teorias Burrell e Morgan (1979), utilizaram de duas abordagens da ciência: a abordagem subjetivista e a objetiva, lastreadas em quatro grandes parâmetros: 1) a ontologia (conjunto de teorias que explicam a realidade); 2) a epistemologia (interpretação do conhecimento); 3) a natureza humana (visão do homem

IV Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2014)

enquanto inserido no ambiente); e 4) a metodologia (caminho utilizado para se chegar ao objetivo), bem como, de duas visões sobre o processo de mudança na sociedade: 1) a sociologia da mudança radical, onde existe preocupação com problemas de mudança, conflito e coerção nas estruturas sociais, enfatizando divisão, hostilidade, dissenso e desintegração; 2) a sociologia de mudança regulada, onde o equilíbrio social enfatiza o compromisso, a coesão, a solidariedade, o consenso, a reciprocidade, a cooperação, a integração, a estabilidade e a persistência. Podemos sintetizar os quatro paradigmas da seguinte forma:

- O paradigma *funcionalista* pressupõe uma sociedade com existência concreta e real, orientada para produzir um estado de coisas ordenado e regulado, com certa visão sistêmica da realidade. Estimula a crença em uma ciência social objetiva e isenta de conotações de valor e se interessa em compreender a sociedade de maneira que produza conhecimento empírico e útil. Diante disso, os funcionalistas entendem as organizações sociais como objetos tangíveis, concretos e objetivos;
- O paradigma *interpretativista* pressupõe que a realidade social não existe em sentido concreto, mas é produto da experiência subjetiva e intersubjetiva dos indivíduos. Entende que há uma ordem e um padrão implícito no mundo social que surgem das ações intencionais das pessoas, individualmente ou em harmonia com outras. A ciência é considerada uma rede de jogos de linguagem, baseada em grupos de conceitos e regras subjetivas. A realidade social é um processo emergente, uma extensão da consciência humana e da experiência subjetiva;
- O paradigma *humanista radical* pressupõe, tal como os interpretativistas, que a realidade social não existe no sentido concreto e real da natureza, pois é algo socialmente criado e socialmente sustentado que leva a uma patologia da consciência humana, uma espécie de prisão psíquica. A ciência é vista como um instrumento de dominação a serviço do capitalismo cujos conceitos (riqueza, escassez, lazer, democracia, desenvolvimento, etc.) são modos de dominação ideológica;
- O paradigma *estruturalista radical* considera a sociedade uma força potencialmente dominadora. Nele, o que se pensa e o que se deseja é fruto do que a sociedade impõe a cada um em seu lugar específico dentro da estrutura. No estruturalismo não existe autonomia do indivíduo, pois, este está sempre sujeito às imposições das estruturas. Diante disso, a ação individual é mera reprodução das estruturas coletivas. Para os estruturalistas o comportamento humano é determinado por estruturas culturais, sociais e psicológicas. Porém, vinculada a uma concepção materialista do mundo social, definidas por estruturas sólidas, concretas e ontologicamente reais (econômica, política, tecnológicas, etc) O estruturalista está interessado em compreender as tensões intrínsecas e a maneira como os detentores de poder na sociedade procuram controlá-las por meio de vários modos de dominação (MORGAN, 2005, pp. 61-62).

IV Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2014)

Os estudos demonstraram uma concentração das teorias organizacionais dentro do paradigma funcionalista, cuja crença encontra-se em uma ciência objetiva, positivista, isenta de valor e em uma sociologia da regulação, em que a sociedade é explicada com base na racionalidade instrumental e utilitária. Verificaram-se, também, mediante o uso de metáfora, oito possibilidades de análises organizacionais (máquina, organismo, cérebro, cultura, política, dominação, fluxo e transformação e prisões psíquicas) com interseções e também com debates excludentes entre elas. Toda essa análise aponta para a existência de um campo teoricamente fragmentado como o objeto (organização) amplo, multidimensional, complexo e dinâmico. Embora existam críticas ao trabalho realizado por Burrell e Morgan a respeito do caráter excludente dos paradigmas que contemplam apenas a tradição modernista, o próprio teve seu impacto nas ciências sociais no geral e nos estudos organizacionais, em particular. A administração possibilitou o desenvolvimento de novas abordagens teóricas, a exemplo dos Estudos Críticos em Administração.

2.3 Origem e Evolução dos Estudos Críticos em Administração (ECA)

Antes de delimitarmos o subcampo dos Estudos Críticos em Administração (ECA), é necessário colocar uma questão de partida: estudos críticos em relação a que e a quem? Para tentar esclarecer essa questão tomamos como referência dois importantes trabalhos. Um de caráter mais amplo, do ponto de vista da filosofia da ciência, *Porque é tão difícil construir uma teoria crítica*, produzido por Boaventura de Sousa Santos (1999) e outro de cunho mais específico, no campo da administração, *At the critical moment: conditions and prospects for critical management studies*, desenvolvidos por Valérie Fournier e Chris Grey (2000). Sousa Santos (1999, p. 197) afirma que: “a tarefa dos estudos críticos consiste em definir e avaliar a natureza e o âmbito das alternativas ao que está empiricamente dado”. Semelhantemente, Fournier e Grey (2000, p. 16) ressaltam que: “estar envolvido em estudos críticos de gestão significa dizer que existe algo de errado com a gestão, enquanto prática e corpo de conhecimento, e que ela deve ser mudada”. Essas duas colocações nos remetem para o entendimento de que existe uma realidade dada, existe algo errado com essa realidade e existe um sentimento para mudança. No entanto, de qual realidade estamos falando? Por que mudar essa realidade?

Sousa Santos (1999) para responder esses questionamentos, pauta sua análise nas grandes promessas da modernidade não efetivadas ou efetivadas com efeitos perversos. Promessas como da igualdade, da liberdade, da paz perpétua e da dominação da natureza nos colocam diante de situações e de condições que nos suscitam desconforto e indignação, não faltando, assim, fatos para criticar. Como exemplos são citados: a concentração da riqueza, a violação dos direitos humanos, os conflitos entre Estados, a destruição da natureza, entre outras que nos obrigam a interrogar criticamente sobre a natureza e a qualidade moral da nossa sociedade e a buscarmos alternativas teóricas para essas questões.

Sousa Santos (1999; 2010), considera que a ciência moderna, com sua crítica moderna

IV Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2014)

fundamentada no marxismo e suas ramificações teóricas (estruturalismo, existencialismo, fenomenologia e a psicanálise) perderam sua força crítica em grande intensidade. A razão disso encontra-se no fato da teoria crítica moderna conceber a sociedade como uma totalidade e, com isso, propõe um modelo padrão de sociedade, de ciência, de desenvolvimento, uma sociedade regulada e culturalmente homogênea. Por outro lado, o que na verdade encontramos é uma sociedade multicultural que exerce uma constante hermenêutica de suspeição contra supostos universalismos ou totalidades. Desta forma, Sousa Santos desenvolve a sua crítica nas promessas da modernidade e da sua ciência. “Uma das fraquezas da teoria crítica moderna foi não ter reconhecido que a razão que critica não pode ser a mesma que pensa, constrói e legitima aquilo que é criticável (Sousa-Santos, 1999, p.204). Para Sousa Santos (2010, p.85) “é necessária outra forma de conhecimento, um conhecimento compreensivo e íntimo que não nos separa e antes nos une pessoalmente ao que estudamos.” É necessário um conhecimento emancipatório, em que há um deslocamento do monoculturalismo para multiculturalismo, do universal para local, da dicotomia para integração. Por essa concepção, só por meio de uma visão sistêmica e ampla do conceito de ciência que poderemos avançar nas complexidades do mundo contemporâneo.

Da mesma forma, porém, numa análise mais pontual, Fournier e Grey (2000) enfatizam os equívocos teóricos e práticos do campo da gestão e assim declaram: “de um modo geral, o estudo da gestão e das organizações inspirou-se nas tradições das ciências sociais, mas de uma maneira muito defasada” (p.14). No entendimento desses pesquisadores, o estudo da gestão, embora sendo um campo das ciências sociais, limitou-se na produção de um conhecimento positivista e funcionalista, ao passo que as demais ciências sociais já praticavam outras formas alternativas de construção do conhecimento, dentre elas estão: o neomarxismo da Escola de Frankfurt, o pós-estruturalismo, o desconstrucionismo, a crítica literária, o feminismo, a psicanálise, os estudos culturais, o ambientalismo, o pós-colonialismo.

Diante dessa pluralidade teórica e metodológica não poderiam os estudos da gestão e das organizações ficarem presos a uma única forma de produção do conhecimento (positivismo/funcionalismo). Desse modo, Fournier e Grey (2000) utilizam a expressão “estudos críticos em gestão” num sentido amplo, com o objetivo de abarcar uma pluralidade de tradições intelectuais conflitantes, a fim de estabelecer fronteiras entre trabalhos críticos e não críticos. Para tanto, sugerem que a demarcação entre estudos críticos e não críticos em gestão seja feita com base em três parâmetros: 1) propósito não performático; 2) visão desnaturalização; 3) reflexibilidade. Além desses três parâmetros propostos por Fournier e Grey (2000), encontramos na literatura um quarto parâmetro, não menos importante, proposto por Alvesson e Willmott (1992b). Trata-se da *busca emancipatória*, parâmetro também sistematizado por Davel e Alcadipani (2003). Vejamos o significado desses parâmetros:

- *Propósito não performático*: trata-se do parâmetro mais óbvio para demarcar



IV Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2014)

a fronteira entre um estudo crítico e não crítico em gestão. A premissa performativa diz respeito ao desenvolvimento e valorização do conhecimento que contribui para maximização dos ganhos e minimização das perdas. O estudo não crítico é governado pelo princípio performático de subordinar o conhecimento e a verdade à produção da eficiência, da eficácia e da lucratividade. O desenvolvimento de um estudo crítico não se coloca para gerar conhecimento em função da performance econômica da organização. Quando se inclui a performance na análise é para descobrir o que está sendo feito ou não em seu nome. Davel e Alcadipani (2003, p.75) nos dizem que “o foco do estudo crítico em gestão está na tentativa de emancipar as pessoas dos mecanismos de opressão, tendo, de fato, o humano como ponto fundamental.”

- *Visão Desnaturalização da Administração:* consiste em não reduzir a realidade ao que existe. Envolve o reconhecimento de que a maneira como as coisas estão não pode ser vista como natural nem inevitável, portanto, pode ser diferente. Enquanto as teorias administrativas do século XX se engajavam em defender uma realidade dada, abstraindo de suas análises a formação social e o contexto histórico, os ECA são engajados no questionamento sistemático das estruturas teóricas. É preciso desnaturalizar o que é natural na teoria tradicional. Na teoria tradicional é natural a busca pelo crescimento, desenvolvimento, pela inserção na globalização, inovação e competitividade organizacional. Os ECA estão interessados em revelar que as coisas podem não ser o que parecem ser, mesmo que a razão dada para isso contemporize tanto ontológica quanto politicamente.
- *Reflexibilidade:* trata-se da extensão filosófica e metodológica que deve ser desenvolvida dentro do campo dos ECA. Não diz respeito apenas ao fato de os estudos convencionais de gestão serem positivistas, enquanto os ECA não são, mas deve-se desvendar o porquê de nos estudos convencionais o positivismo ser dominante. A reflexão sobre epistemologia, ontologia e metodologia deve ser uma constante nos ECA.
- *Busca Emancipatória:* consiste na libertação dos sujeitos individuais das relações de poder em que estão inseridos. Davel e Alcadipani (2003, p.75) falam que: “os ECA procuram enfatizar, nutrir e promover o potencial da consciência humana para refletir de maneira crítica sobre as práticas opressivas, facilitando, assim, a extensão dos níveis de autonomia e responsabilidade das pessoas.” Os ECA visam favorecer os indivíduos uma consciência autônoma e democrática das instituições modernas e de suas práticas gerenciais, portanto, não admitem a neutralidade positivista dos estudos convencionais.

Isso posto, entendemos por ECA toda produção científica, alternativa à tradição da ciência moderna da administração e das organizações, cuja gestão das relações sociais de produção seja fundamentada em princípio não performático, desnaturalizado, reflexivo e emancipatório. Seu propósito consiste em promover sociedades e lugares de

IV Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2014)

trabalho livres de dominação, onde todos os membros tenham iguais oportunidades para contribuir no desenvolvimento de sistemas que possuam como finalidade maior o bem estar da sociedade. Trata-se de uma abordagem teórica ainda recente no campo da administração que reabre a discussão sobre a função social da gestão nos estudos administrativos e organizacionais (FOURNIER E GREY 2000).

Nos ECA, a gestão não é simplesmente um conjunto de técnicas gerenciais, tal como concebem os teóricos dos estudos ortodoxos da administração, ou simplesmente uma dimensão da vida organizacional, como assim consideram os teóricos dos estudos organizacionais. A gestão para os ECA é uma prática social, fruto das relações sociais de produção, portanto, sujeita às ideologias, aos valores e aos interesses de classes (ALVESSON & WILLMOTT, 1992; FOURNIER & GREY 2000). Conceber a gestão como, simplesmente, uma atividade técnica é uma tentativa de criar a ilusão de uma possível neutralidade científica na administração. Em razão disso, espera-se que os ECA possam: a) denunciar o caráter opressivo da administração; b) manter uma postura crítica em relação à razão instrumental; c) opor-se ao poder dominante, à ideologia, ao privilégio administrativo e às hierarquias; d) desmistificar o mito da neutralidade científica nos estudos administrativos e organizacionais.

Os ECA têm origem no pensamento anglo-saxão, nos anos de 1990, com a criação e o desenvolvimento do movimento denominado *Critical Management Studies* (CMS) e com a publicação da coletânea organizada por Alvesson e Willmott (1992), com o mesmo título. Desde então, houve um desencadeamento em série de outras publicações, colóquios, conferências, *workshops* e redes acadêmicas, concebidas para discutir aquilo que poderia ser uma administração crítica (FOURNIER & GREY, 2000).

Paes de Paula, Maranhão, Barreto e Klechen (2010) citam o desenvolvimento dos ECA nos EUA em *Academy of Management* e nos trabalhos coordenados por Paul Adler, e destacam o pioneirismo de autores brasileiros como Guerreiro Ramos, Maurício Tragtenberg e Fernando Prestes Motta, que já nas décadas de 1950 a 1980 tinham em suas produções uma forte identidade crítica. Guerreiro Ramos produziu trabalhos com essas características entre as décadas de 1950 e 1980, como também Maurício Tragtenberg, entre as décadas de 1970 e 1990. Outros teóricos também atuaram na área na década de 1980, como Fernando Prestes Motta, desenvolveram estudos críticos que antecederam a consolidação da corrente na Europa e Estados Unidos.

Misoczky e Andrade (2005) reconhecem que, embora os ECA tenham como referência obrigatória a publicação do *Critical Management Studies* (1992), de Alvesson e Willmott em contexto britânico, é nos EUA que se encontra uma linha argumentativa mais progressista, cuja síntese é expressa na “missão” do *Critical Management Studies Workshop*, promovido pela *American Academy of Management*:

Nossa crença é a administração da empresa moderna (e frequentemente, de outros tipos de organização) é guiada por uma meta estreita – o lucro, em vez de ser guiada pelos interesses da sociedade como um todo, e que outras metas – justiça, comunidade, desenvolvimento humano, equilíbrio ecológico - devem ser trazidas para o centro da governança da atividade econômica. Somos críticos da noção de que a busca do lucro vai, automaticamente,

IV Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2014)

satisfazer estas metas mais amplas. Acreditamos que este sistema unilateral extrai um inaceitável custo social em troca do progresso que oferece. As empresas guiadas por tal meta estrita se constituem em estruturas de dominação. O objetivo do CMS Workshop é, portanto, o desenvolvimento de interpretações críticas – interpretações que são críticas da administração, não de administradores individualmente. (CMSW, *apud* MISOCZKY & ANDRADE, 2005, P.215).

A proposta de estudos críticos apresentada pela *American Academy of Management* parece estar mais próxima a uma visão emancipatória, transformadora e libertária das práticas sociais, quando comparada com a proposta de estudos críticos da academia britânica liderada por Alvesson e Willmott.

A intenção da teoria crítica não é envolver em projetos utópicos pela eliminação da hierarquia, da divisão do trabalho ou, mesmo, pela abolição da separação entre administração e outras formas de trabalho. Em vez disso, sua aspiração é apoiar o desenvolvimento de organizações em que a comunicação (e o potencial produtivo) seja, progressivamente, menos distorcida pelas relações assimétricas e opressivas de poder. (ALVESSON & WILLMOTT *apud* MISOCZKY & ANDRADE, 2005, P. 223).

Nela (CMSW) é possível identificar valores progressistas e metodologias pós-positivistas, a qual é comprometida com uma construção de outra forma de gestão. Diferentemente, da proposta do pensamento britânico que caminha para uma crítica reformista da gestão ortodoxa, apenas para revelar algumas distorções deste modelo de gestão, manifestadas em fenômenos sociais como diferença de classe, de gênero e de etnia.

Davel e Alcadipani (2003) verificaram que o corpo teórico que nutre o desenvolvimento dos ECA perpassa, basicamente, por três correntes teóricas. A primeira corrente é composta pelas *teorias críticas modernistas* desenvolvidas no âmbito do marxismo, do neomarxismo e da Escola de Frankfurt. Essa corrente considera que vivemos em um mundo repleto de dores e conflitos e que muito pode ser feito pelos teóricos e pelas teorias críticas para aliviar essas dores. A segunda corrente engloba as *teorias pós-analíticas*, como: pós-estruturalismo, pós-modernismo, pós-colonialismo, pós-desenvolvimento, entre outras. Parte do pressuposto de que o significado das coisas é desenvolvido por meio de uma rede social que pode ser lida como se fosse um texto. Sendo assim, os estudos pós-analíticos refletem e questionam as formas como certos textos são destacados na vida organizacional e social. Na terceira corrente estão as *teorias feministas* que analisam a gestão a partir da questão de gênero, com ênfase em temas como exclusão, opressão, controle, poder, funções, elaborando novas formas de lidar com tais situações.

Para Paes de Paula, Maranhão e Barros (2009) é nessa pluralidade epistemológica que podem ocorrer as contradições dos ECA. A questão consiste em saber como é possível integrar, num mesmo espaço, estudos frankfurtianos, pós-estruturalistas, marxistas, interpretativistas ou pós-modernistas, epistemológica e metodologicamente tão diferentes entre si: a) a multiplicidade epistemológica ajuda a preservar o próprio movimento; ou b) existe um descompromisso com o projeto da crítica, por intermédio

do “gerencialismo engajado”?

Analisando essa possível problemática dentro dos ECA, Paes de Paula *et al.*(2000) entendem que o ecletismo teórico, característica marcante do movimento, possibilita um distanciamento, prioritariamente, de uma epistemologia crítica nos moldes da teoria marxista e teoria crítica frankfurtiana, bem como a legitimação da crítica, pelo “gerencialismo engajado” na ortodoxia da administração e dos estudos organizacionais. A ideia do “gerencialismo engajado” soa como uma espécie de discurso reformista do pensamento ortodoxo, em que verifica-se uma possibilidade de engajamento e resistência dentro, mas não a oposição às iniciativas gerenciais.

O “gerencialismo engajado” não descarta o princípio performático da gestão como propuseram Fournier e Grey (2000), mas introduz os conceitos reformistas de *performatividade crítica* e *microemancipação*. O argumento centra-se na ideia de que a performatividade crítica seria uma forma de complementar a crítica sem substituí-la, fazendo incisões incrementais em processos de gestão não desejados. Por sua vez, o argumento da microemancipação centra-se num entendimento de que não é possível introduzir grandes transformações na sociedade, mas apenas transformações graduais, visto que é limitado o espaço para revoluções em larga escala. Logo, a emancipação só é possível nas microrrelações sociais.

Pelo exposto, é possível identificar duas vertentes críticas no campo dos ECA. Uma de caráter reformista, comprometida com a pluralidade teórica, reconhecedora das limitações da escola ortodoxa, liderada pela academia europeia, mas firme na defesa dos princípios fundamentais do *mainstream* como a eficiência, a eficácia e a lucratividade (performance crítica) e a microemancipação da gestão. Outra de caráter revolucionária, comprometida com um pensamento crítico mais próximo da tradição da Escola de Frankfurt, opositora da escola ortodoxa, idealizadora de uma gestão não performática, de visão desnaturalizada, reflexiva e emancipatória, tanto nas microrrelações como nas relações sistêmicas.

3. Percursos e Percalços da Epistemologia da Administração

Realizada a análise histórica sobre o desenvolvimento teórico do campo da administração, buscaremos, nesta seção, refletir sobre as bases epistemológicas dessa ciência. De modo geral, pode-se definir epistemologia como um campo da filosofia interessado na investigação da natureza, fontes e validade do conhecimento. Para tal, busca responder as seguintes questões: O que é conhecimento? Como é possível alcançá-lo? Japiassu (1992, p.24) define epistemologia como o discurso (*logos*) sobre a ciência (*episteme*), classificando-o em três tipos: epistemologia global ou geral – quando se refere ao saber globalmente considerado, seja este especulativo ou científico; a epistemologia particular – quando se relaciona a um campo particular do saber, seja este especulativo ou científico; e a epistemologia específica – quando se refere ao estudo próximo, detalhado e técnico da organização, do funcionamento e das possíveis relações que uma disciplina, na condição de unidade de saber científico, mantém com outras disciplinas. No caso do estudo da administração, aplica-se a epistemologia específica, haja vista que se pretende refletir sobre a delimitação epistemológica desse campo

de conhecimento.

Entretanto, nem sempre é fácil delimitar o campo de atuação duma determinada ciência, uma vez que, para isso, é preciso cumprir, com certa precisão, alguns condicionantes epistemológicos como: objeto, teoria, método, pressupostos/hipóteses, etc. Para Lakatos (1995) esses elementos determinam a natureza da ciência e possibilita a sua classificação com base em duas tipologias: 1) as *ciências formais* estudam as ideias. Abordam entidades não encontradas na realidade e, portanto, não podem se valer da experimentação ou do contato com a realidade para a convalidação de suas propostas. 2) as *ciências factuais* estudam os fatos que supostamente ocorrem na realidade e podem, por isso, recorrer à observação e à experimentação para o teste de suas hipóteses. Fazem uso da estrutura lógica, da manipulação de ideias, por meio da observação natural ou pelo controle dos fatos que ocorrem, objetivamente, na realidade.

No que tange à administração, Whitley (1977) afirma que esta pode ser considerada uma ciência factual, visto que seu objeto de estudo se constitui de fenômenos de ordem social, ou seja, do estudo e da melhoria da coordenação e do controle de atividades humanas associadas. Thomson (1956) classifica a administração como uma ciência social aplicada, por buscar observar, descrever e explicar as relações sociais existentes no processo da organização e da distribuição da produção. Chevalier e Loschak (1980) classificam administração como uma ciência social ainda em gestação, cujo objeto não é uma realidade dada e pronta para ser investigado, mas, algo socialmente construído. Afirmam, ainda, que ela necessita ser reconstruída à luz de uma problemática teórica específica e que, para responder ao critério de cientificidade, deve não só superar certo número de obstáculos epistemológicos, mas também desenvolver instrumentos de análises adequados. Para esses autores, os obstáculos encontram-se no parasitismo ideológico, no normativismo e nas armadilhas do empirismo, elementos caracterizadores da epistemologia positivista/funcionalista.

Marchi (2010), ao estudar a o campo, analisou a influência das principais correntes do pensamento científico na formação do conhecimento em administração, desde o empirismo e o racionalismo até o contexto atual. Neste último, a complexidade tem sido colocada como uma abordagem que consegue compreender melhor a realidade dos problemas administrativos e organizacionais. A figura 3, que se segue, traz uma síntese desse estudo de modo a demonstrar as principais influências do pensamento científico no campo da administração.

| Corrente de Pensamento | Pensadores | Influência na Administração |
|--------------------------|---------------------------------|--|
| Empirismo/Racionalismo | Becon, Descartes, Kant | Base para os princípios da administração científica, decomposição das tarefas, homem racional, separação sujeito-objeto. |
| Positivismo/Utilitarismo | Comte, Popper, Schlick, Bentham | Progresso como processo evolutivo e linear, materialismo utilitário. |



IV Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2014)

| | | |
|---------------|--|---|
| Funcionalismo | Durkheim, Malinowski, Selznick | Conceito de função relacionada às necessidades, estruturas sociais como estruturas funcionais, organizações por objetivos, culto à função, homem funcional. |
| Sistêmismo | Persons, Buckeley, Kast e Rosenzweig | Organizações legitimadas pela sociedade, sociedade como conjunto de organizações como parte do sistema social, modelo de processo, regulação dinâmica, equilíbrio do sistema, reprodução do sistema. |
| Dialética | Marx, Gurvitch, Séguin e Chanlat, Benson | Fenômenos inter-relacionados, a produção social da organização que envolve as noções de ideias, interesses, poder dos atores; a organização como uma totalidade, visão das relações complexas da organização, considera a história, estado de vir-a-ser, mudanças de sistema, conflito. |
| Complexidade | Descamps, Morin, Prigogine e Spencers | Ordem/desordem, equilíbrio/desequilíbrio, natureza é complexa, união de contrários, dinâmica de fluxo, inseparabilidade do sujeito/objeto, visão sistêmica, trajetória do desenvolvimento não linear, incerteza. |

Figura 3: Influência do Pensamento Científico no Campo da Administração
 Fonte: Adaptado em Marchi, 2010.

O estudo revela que o campo da administração surge no contexto fortemente influenciado pelo conceito de ciência comtiana e pela lógica funcionalista. Comte acreditava que os fenômenos sociais poderiam e deveriam ser percebidos como fenômenos da natureza, ou seja, obedecendo a leis gerais da Física. Para tanto, deveriam usar a observação, a experimentação, a comparação e a classificação como método científico (positivismo comtiano). A lógica funcionalista, por sua vez, decorre do pensamento de Durkheim, o qual explicava o desenvolvimento da sociedade em termos de funções realizadas por instituições. Para ele, cada instituição exerce uma função específica da sociedade e seu mau funcionamento significa um desequilíbrio na própria sociedade.

As bases epistemológicas da ciência positivista e funcionalista influenciaram o pensamento dos precursores da administração e seus seguidores por muito tempo, contudo, novas abordagens destacaram-se em meados dos anos de 1980 e 1990, numa perspectiva crítica e pós-moderna. Marchi (2010) reconhece que essas novas abordagens chegam tardiamente no campo da administração. As razões para isso podem ser explicadas pelo fato de o funcionalismo ter ocultado de suas análises o elemento ideológico e histórico, além do desinteresse do marxismo pelos estudos administrativos e organizacionais. O sistemismo é incorporado aos estudos administrativos e organizacionais, não para modificar a ordem que enclausurou, mas sim para reforçá-la. Já a abordagem dialética contribui sobremaneira para superar as limitações da epistemologia positivista/funcionalista focando-se na compreensão do poder, da história, da política e nas intenções dos agentes (empresa, governo, sociedade) envolvidos.

A complexidade emerge como abordagem integradora para explicar o real ou para percebê-lo de uma maneira mais próxima. Nela prevalece a lógica dialógica onde é possível lidar com situações de ordem/desordem, equilíbrio/desequilíbrio, estático/dinâmico, ao contrário da epistemologia positivista/funcionalista onde o conhecimento caracteriza-se por ser sistemático, metódico, exige demonstração, submete-se à comprovação, ao teste para estabelecer relações de causa e efeito. Conhecer significa dividir e classificar para depois

IV Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2014)

poder determinar relações sistemáticas entre sujeito e objeto. Diferentemente da epistemologia da complexidade, descrito por Sousa Santos, Fritjot Capra, Ilya Prigogine, entre outros, que consideram que todo conhecimento científico é natural e social, local e total, constitui-se em senso comum e busca o autoconhecimento. Para esses autores não existe dicotomia entre ciências naturais e ciências sociais. Essa distinção assenta numa concepção mecanicista da matéria e da natureza.

Serva, Dias e Alperstedt (2010, p.279), ao analisarem a abordagem da complexidade no campo dos estudos administrativos e organizacionais, relatam que a epistemologia positivista/funcionalista da administração criou uma falsa imagem de uma ciência unitária, coesa numa teoria gerencialista. Todavia, ao mesmo tempo em que gerava a imagem de unidade, excluía o campo que não aceitava se submeter à ortodoxia do pensamento administrativo. Por conseguinte, houve uma ruptura com o cientificismo pragmático, quando novos membros do campo da administração reivindicavam o status de ciência social aplicada numa perspectiva de uma epistemologia historiográfica e sociológica. O resultado é uma epistemologia cada vez mais local, explícita, empírica e pluralista.

Na tentativa de desenvolver um novo olhar epistemológico sobre a administração, a partir do estudo de racionalidade nas organizações e de uma abordagem substantiva sobre elas, Serva *et al* (2010), retomam as críticas de Guerreiro Ramos à epistemologia dos estudos administrativos e organizacionais convencionais para fundamentar a proposta de uma epistemologia pós-moderna.

[...], Guerreiro Ramos (1989) evidencia a emergente necessidade de uma reformulação epistemológica na teoria das organizações, indicando que ela tende a sobreviver apenas se vier a se transformar e se propuser como teoria viável, uma vez que, como afirmado por ele, o homem tem diferentes tipos de necessidades e a sua satisfação requer vários tipos de cenários sociais. O sistema de mercado só atende alguns desses tipos de necessidades humanas, e, por isso, o autor acredita que “o comportamento administrativo é conduta humana condicionada por imperativos econômicos” (SERVA, *et al*, 2010, p.280).

A compreensão de Serva *et al* (2010) é que toda a epistemologia da administração, até então, é concebida com base na crença de apenas um enclave social (mercado) e de uma ação administrativa pautada na racionalidade instrumental. Na verdade, o mercado é apenas um enclave da sociedade e a ação administrativa não ocorre somente pela via da racionalidade instrumental, mas, por intermédio também da racionalidade substantiva. Para esses autores, a administração precisa libertar-se das amarras da epistemologia positivista/funcionalista com sua lógica formal, racional e utilitária, para que possa caminhar numa perspectiva de uma ciência mais próxima da sua realidade social.

Como é possível perceber, a administração, na tentativa de se adequar ao conceito de ciência concebido na modernidade, para ser aceita como tal, condicionou-se a construir uma ciência descontextualizada, fragmentada e prescritiva. Além disso, acrescenta-se o fato de estarmos diante de um campo de conhecimento que sequer tem o seu objeto científico definido. Essas limitações epistemológicas prejudicam o desenvolvimento e a consolidação do campo. Isso se torna mais clarividente nos estudos realizados por Santos, Santos e Braga (2013), junto à

IV Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2014)

comunidade científica da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Administração (ANPAD). Os estudos desses autores comprovam a existência de uma indefinição, por parte da comunidade científica brasileira, quanto ao objeto de estudo da administração, uma vez que essa comunidade considera a gestão (45%), a organização (24%), a estrutura (12,5%) e o indivíduo (10,6%) como possíveis objetos científicos da administração, sem contar uma parcela dessa comunidade (7,7%) que sequer foi capaz de indicar um elemento de investigação para a ciência da administração. Essa indefinição epistemológica, em nossa perspectiva, acaba limitando o desenvolvimento do campo da administração, porque quando não se tem clareza quanto ao objeto e a finalidade do campo, o mesmo perde a direção dos seus propósitos.

Nosso entendimento sobre essa questão consiste em não descartar a possibilidade, de fato, da gestão vir a ser objeto científico da administração. Porém, ao considerarmos a gestão como objeto científico da administração, entendemos, também, que precisamos nos aprofundar teoricamente sobre esse construto social, dado que o conceito de gestão não se limita às relações sociais internas das organizações, muito menos a um conjunto de técnicas, métodos e/ou ferramentas gerenciais, mas, principalmente às relações sociais mais amplas no âmbito da macrogestão da sociedade. Entender a gestão como objeto de estudo da administração é ir fundo nas estruturas de poder, de ideologia e de comando da sociedade. É observar, descrever, analisar, explicar e, até mesmo, orientar as relações sociais de produção, distribuição e consumo, em qualquer que seja a sociedade, isto é, pré-capitalista, capitalista ou pós-capitalista.

4. Considerações Finais

Este ensaio demonstrou que o conhecimento científico, na sua versão contemporânea, fundamenta-se em princípios que prezam pela totalidade universal dos saberes, independente das suas categorias e especializações. O fazer ciência significa estabelecer diálogos que vão da filosofia à estética, do local ao global e do micro ao macro, além de considerar que o processo de investigação não se restringe apenas a observar, descrever e explicar – é preciso propor e orientar.

Nesta perspectiva, detectou-se que a administração para se consolidar como campo científico necessita libertar-se de algumas amarras do pensamento epistemológico moderno, uma vez que esse tenta construir um conceito de ciência que descarta e desqualifica as demais fontes de saberes. Em função disso, verifica-se a predominância na produção científica da administração de um pensamento positivista/funcionalista, limitando-se a analisar apenas as organizações modernas, desconsiderando, portanto, o universo das organizações não mercantis e pós-modernas. É preciso compreender, de uma vez por todas, que o fato administrativo, na condição de fato social, não é um fenômeno exclusivo das organizações mercantis ou do Estado moderno, portanto, não podemos e não devemos construir uma ciência apenas para atender essas organizações sociais, mesmo reconhecendo que foram essas que deram origem ao campo de conhecimento.

No nosso entendimento, é necessária uma reflexão profunda sobre o que consideramos como campo científico da administração, principalmente no que diz respeito aos elementos determinantes dessa ciência, ou seja, objeto, teoria, método e pressupostos. É preciso que

IV Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2014)

tenhamos mais clareza sobre os propósitos epistemológicos desse campo de conhecimento, considerando que uma ciência que sequer tem com precisão seu objeto de estudo está, grosso modo, a navegar sem direção. Ou, uma Teoria Geral da Administração (TGA) que só contempla o pensamento ortodoxo e desconsidera outras possibilidades teóricas (estudos organizacionais e estudos críticos) está sujeita a ser vista como apenas um manual de procedimentos empresariais. Ou, ainda, uma ciência que condiciona sua ação apenas para um enclave social (mercado), guiada, exclusivamente, pelos pressupostos da escassez de recursos e das necessidades ilimitadas, na verdade, não passa de um mecanismo ideológico de uma categoria social em detrimento das demais. Não podemos construir uma ciência apenas para atender às necessidades do mundo do *business* (AKUTOUF, 2004), dado que essa é apenas uma das dimensões nas quais se manifesta o fato administrativo, haja vista que é preciso lembrar a existência de duas outras dimensões, no nosso entender, de maior representatividade e legitimidade que o mercado, trata-se do Estado e da Sociedade.

Portanto, ao considerar a administração como fato social e campo de conhecimento, é necessário compreender que estamos diante de um fenômeno que engloba não só a gestão empresarial, mas, sobretudo, a gestão social e estatal. Em função disso, torna-se imprescindível compreender que o campo de atuação da administração não se restringe ao universo da microgestão, mas, da meso e da macrogestão. A macrogestão, tal como o regime político, a ordem jurídica, o sistema econômico, é um contrato social decorrente do acordo estabelecido entre os membros da sociedade. Nela, contém o projeto de nação com as diretrizes gerais: *O que a nação quer ser? Aonde pretende chegar? Como devemos organizar o sistema de produção? Como devemos distribuir a riqueza gerada? Quem deve consumir a riqueza gerada por essa sociedade?* A mesogestão ou a gestão pública é constituída no âmbito do Estado, deve garantir as aspirações e desejos da sociedade ou da gestão social, frente aos interesses e ações da microgestão ou da gestão empresarial. A ação enérgica dessas três categorias de gestão – gestão social, gestão pública e gestão empresarial – delimita o campo de atuação da administração e exige da comunidade científica da administração um posicionamento quanto à responsabilidade acadêmica desse fato social. Diante disso, defendemos que:

- O campo da administração tome para si o estudo da gestão das relações sociais de produção, distribuição e consumo em qualquer contexto e momento histórico do processo civilizatório da humanidade;
- O ensino e a pesquisa no campo da administração não fiquem restritos a um único modelo de sociedade e visão de mundo;
- O ensino e a pesquisa no campo da administração sejam orientados para observar, descrever e explicar os fenômenos, porventura existentes na gestão social, estatal e empresarial;
- Existem correlações de forças ideológicas, teóricas e de prática da gestão dentro do campo, portanto, torna-se necessária uma disciplina para desvendar, evidenciar e denunciar os propósitos e as contradições epistemológicas, metodológicas e praxiológicas das vertentes teóricas que compõem o campo da administração.

Torna-se evidente que os estudos no campo da administração têm que contemplar as diversas formas de gestão das relações sociais, independente do sistema econômico de produção ou do seu tempo histórico. Só assim, acreditamos que seja possível desenvolver um conhecimento

IV Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2014)

que integra e engloba e não que exclui e fragmenta, evitando, com isso, uma visão desatualizada, doutrinária e acrítica da administração.

5. Referências

AKTOUF, O. Administração e Teorias das Organizações Contemporâneas: Rumo a um humanismo radical? **Revista Organizações & Sociedade**, nº 8, v 21, 2001, pp. 13-33, 2001.

AKTOUF, O. O Ensino da Administração: Por uma pedagogia para mudança. **Revista Organizações & Sociedade**, nº 35, v 12, pp. 151-158, 2005.

AKTOUF, O. **Pós-Globalização, Administração e Racionalidade Econômica: A Síndrome do Avestruz**. São Paulo: Editora Atlas, 2004.

Alvesson, M. & Willmott, H. **Critical Management Studies**. London: Sage.1992.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Editora UNESP. 2002.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**. Rio de Janeiro: Zahar. 1974.

BURREL, G.; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organization analysis**. London and Exeter, NH: Heinemann. 1979.

CHEVALLIER, J; LOSCHAK, D. **A ciência administrativa**. Mem Martins: Europa-America.1980.

COOK, B. Participatory Management as Colonial Administration. In: DAR, S.; COOK, B. **The Development Management**. London-New York: Zed Books, p. 111-149. 2008.

COOKE, B. O Gerenciamento do (Terceiro) Mundo. **Revista de Administração de Empresas – ERA/FGV**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 3, jul-set. 2004.

CUNHA, M. P. Ciência organizacional: Passado, presente futuro ou uma viagem dos clássicos aos pós-modernos. In: CUNHA, M. P. **Teoria Organizacional: Perspectivas e Prospectivas**. Lisboa: Dom Quixote, pp. 47-65. 2000.

DAVEL, E.; ALCADIPANI, R. Estudos Críticos em Administração: A produção científica brasileira dos anos 1990. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo: v. 43, nº 4, Out/Dez, pp. 72-85. 2003.

ESCOBAR, A. **La invención del Tercer Mundo. Construcción y deconstrucción del desarrollo**. (Cap.6 . Visualización de una era pos desarrollo). Santa fé de Bogotá: Norma. (2007 [1995]).

ESCOBAR, A. **Territories of difference: Place, movements, life, redes**. Durham: Duke University Press. 2008b.

FADUL, E. M. C.; SILVA, M.A.M.Limites e Potencialidades Disciplinares da Administração Pública e dos Estudos Organizacionais. **Revista de Administração Contemporânea**. Curitiba: v. 13 nº 3 Jul/Agos, pp. 351-365. 2009.



IV Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2014)

FAURNIER, V.; GREY, C. At the critical moment: conditions and prospects for critical management studies, **Human Relations**. v. 53, n 1, p. 7-32. 2000.

FRANÇA FILHO, G. C. Para um olhar epistemológico da administração: problematizando o seu objeto. In: SANTOS, R. S. **A Administração Política Como Campo do Conhecimento**. São Paulo-Salvador: Mandacaru-Hucitec, pp. 119-143. 2004.

JAPIASSU, H. **Introdução ao Pensamento Epistemológico**. (6^o Edição). Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

LAKATOS, E. M. **Metodologia da Trabalho Científico**. São Paulo: Atlas, 1995.

MARCHI, J. J. Bases do conhecimento científico e sua influência na formação da ciência da administração. **Anais... I Colóquio de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração**, Florianópolis-SC, UFSC. 2010.

MATTOS, P. C. “Administração é Ciência ou Arte?” O que podemos apreender com esse mal-entendido? **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo: n 3. v. 49, pp. 349-360, 2009.

MISOCZKY, M. C. & ANDRADE, J.A. Uma crítica à crítica domesticada nos estudos organizacionais. **Revista de Administração Contemporânea**. Curitiba: v.9, nº1, Jan/Mar. pp. 215-233. 2005.

MORGAN, G. Paradigmas, Metáforas e Resolução de Quebra-Cabeça na Teoria das Organizações. **Revista de Administração de Empresas**. V45, n1, jan-mar, pp. 58-69. 2005.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. Lisboa: Europa-América. 1982.

MURPHY, J. The Rise of Global Managers. In: Dar, S.; Cook, B. **The Development Management**. London-New York: Zed Books, pp. 18-40. 2008.

PÃES de PAULA, A. P.; MARANHÃO, C. M. S. A.; & BARROS, A. N. Pluralismo, pós-estruturalismo e “gerencialismo engajado”: os limites do movimento *critical management studies*. **Cadernos EBAPE**. Rio de Janeiro: v. 7 nº 3, set, pp. 393-404. 2009.

PÃES de PAULO, A. P.; MARANHÃO, C. M. S. A.; BARRETO, R. O.; & KLECHEN, C. F. A tradição e a autonomia dos estudos organizacionais críticos no Brasil. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo: v. 50, nº 1, Jan/Mar, pp. 10-23. 2010.

REED, M. Teorização Organizacional: Um campo historicamente contestado. In: CALDAS, M.; FACHIN, R.; FÍSCHER, T. (Eds). **Handbook dos estudos organizacionais: modelos de análises e novas questões em estudos organizacionais**, São Paulo: Atlas (vol1, pp. 61-98), 1999.

FACHIN, R.; FÍSCHER, T. (Eds). **Handbook dos estudos organizacionais: modelos de análises e novas questões em estudos organizacionais**, São Paulo: Atlas (vol1, pp. 61-98). 1999.

SANTOS, E. L.; SANTOS, R. S.; BRAGA, V. L. O Campo da Administração do Desenvolvimento na Perspectiva da Comunidade Científica da ANPAD. **Anais... IV Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade**, Brasília/DF. 2013.

SANTOS, R. S. **A administração política como campo do conhecimento**. São Paulo-Salvador: Mandacaru-Hucitec. 2004.



IV Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2014)

SASAKI, S. (1992). The introduction of scientific management by the Mitsubisshi Electric Engineering Co. and the formation of an organized Scientific Management movement in Japan in the 1920s and 1930s. **Business History**, 34(2), 12-27. 1992.

SERVA, M., Dias, T. e ALPERSTEDT, G. D. Paradigma da Complexidade e Teoria das Organizações: Uma reflexão epistemológica. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo: v. 50, nº 3, jul/set, pp. 276-287. 2010.

SOUSA-SANTOS, B. Porque é tão difícil construir uma teoria crítica? **Revista Crítica de ciências Sociais**. Coimbra: nº 54, pp 197-215. 1999.

SOUSA-SANTOS, B. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo. Editora Cortez.2010.

THOMPSON, J. D. On building an administrative science. **Administrative Science Quarterly**, v1, n.1, pp. 102-111. 1956.

VIZEU, F. (Re)contando a Velha História: Reflexões sobre a Gênese do *Mangement*. **Revista de Administração Contemporânea**. Curitiba: v14, n.5, Set/Out, pp.780-797.2010.

WHITLEY, R. The sociology of scientific work and the history of scientific developments. In: BLUME, S. (ed). **Perspectives in the Sociology of Science**, John Wiley and Sons, Chichester – New Youk-Brisbane- Toronto, pp. 21-50.1977,



IV Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2014)